

AS MULHERES ÁRBITRAS DE FUTEBOL: UM ESTUDO SOBRE PODER, DIFERENÇAS FÍSICAS ENTRE OS SEXOS E AS INFLUÊNCIAS SOCIOEDUCATIVAS E CULTURAIS.

Ineildes Calheiro dos Santos¹

Orientadora: Suely Messeder²

Resumo: Este estudo se centra na pesquisa de mestrado estimulada pelas questões de gênero no futebol, mais especificamente nos critérios para se tornar árbitra, em cujo regulamento se exige a igualdade na aptidão física entre os sexos. Pretende-se discutir as influências socioeducativas e culturais pautadas no corpo/sexo/gênero e poder e os impactos sociais, tendo em vista a divisão sexual do trabalho. Diante do desenvolvimento do futebol e dos megaeventos desta modalidade ocorrendo no Brasil, muito embora já existam mulheres neste campo em vários seguimentos, analisando especificamente a arbitragem, nota-se tanto a presença de mulheres nesta função quanto uma desacerbada desigualdade quantitativa, o que nos levou à investigação. Fundamentando-se nas teorias feministas e pós-estruturalistas, versando sobre as construções sociais dos corpos e refletindo sobre os efeitos das tecnologias de gênero no corpo/sexo, o objetivo é compreender e identificar as influências socioeducativas e culturais nas diferenças físicas entre os sexos, diante dos impactos nos critérios para a formação de árbitras de futebol. Será utilizado o método qualitativo e a análise do discurso na reconstrução das histórias de vida das árbitras. Nos resultados esperados, serão apresentados os critérios de seleção e dos testes físicos avaliativos regulamentados pela FIFA e suas consequências, sendo identificadas as influências das tecnologias de gênero nos corpos sexuados, sobretudo da educação e da Educação Física e os impactos sociais e de gênero.

Palavras chave: Árbitras de futebol. Corpo/sexo/gênero. Divisão do Trabalho. Educação. Crítica Cultural.

INTRODUÇÃO

Neste estudo, pretende-se esclarecer sobre os caminhos do desenvolvimento da pesquisa de mestrado, discutindo as influências socioeducativas e culturais pautadas nas diferenças físicas entre os sexos, tentando desvelar os impactos sociais, tendo em vista a divisão sexual do trabalho na liderança futebolística. Destacado como problema os critérios para se tornar árbitra, que perpassa pelas questões físicas, em cujo regulamento é exigida a igualdade física entre os sexos, desconsiderando as construções desiguais dos corpos sexuados. Assim sendo, esta pesquisa tem como objeto as mulheres árbitras de futebol.

No texto, discorreremos sobre as influências socioeducativas e culturais, retratando as práticas educacionais e vivências que produzem as diferenças nos corpos sexuados. Por conseguinte,

¹ Mestranda em Crítica Cultural na Universidade do Estado da Bahia – UNEB. 2014 / E-mail: ildafrica@yahoo.com.br / Licenciada em Educação Física e Pós-graduada em Condicionamento físico. Bolsista da FAPESB. Membro do grupo de pesquisa em sexualidades, Gênero e Direitos Humanos (Enlace) - UNEB

² Orientadora. Dra. em Antropologia. Professora do Mestrado em Crítica Cultural e do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. Coordenadora do grupo de pesquisa Enlace – UNEB. E-mail: suelymesseder@gmail.com.

discutiremos sobre os testes físicos avaliativos nos padrões exigidos pela Confederação Brasileira, apresentando suas consequências.

Tendo como objetivo compreender e identificar as influências socioeducativas e culturais nas diferenças físicas entre os sexos, diante dos impactos nos critérios para a formação de árbitras de futebol, desvelamos três questões a serem desvendadas: 1) Quais são os critérios de avaliação do perfil físico para alcançar as características e qualidades ideais para se tornar um juiz de futebol? 2) Quais as influências socioeducativas e culturais no corpo sexuado? 3) Como funciona a divisão sexual do trabalho neste campo?

Desta maneira, delimitamos um referencial teórico pautado nas teorias feministas e pós-estruturalistas que versam sobre as desconstruções e desestabilizações da lógica naturalizante relacionados a corpo/sexo/gênero.

JUSTIFICATIVA

O estudo sobre as mulheres árbitras se origina da minha vivência, ultrapassando uma década no esporte, bem como da minha trajetória acadêmica no campo da Educação Física. Por um lado, como ex-atleta e árbitra de futebol (atuante no período da pesquisa), com passagem pelas instituições estadual – Federação Baiana de Futebol e nacional - Confederação Brasileira de Futebol (FBF E CBF), vivenciei a divisão sexual no trabalho dessa modalidade esportiva, os preconceitos de gênero, questões de classe, região, raça/cor e as relações de poder e submissão feminina. Por outro lado, na academia, no curso de graduação, percebi a ausência do debate relacionado às diferenças físicas entre os sexos fora do contexto biológico e sobre a divisão sexual do trabalho nos esportes vinculados a poder e hegemonia masculina, isto é, fora das naturalizações. Envolvendo-me em um grupo de pesquisa e estudos de gênero e sexualidades, passei a interpelar sobre a divisão sexual do trabalho desportivo como algo vinculado não somente ao modelo biológico. Diante do desenvolvimento do futebol, sua agenda de megaeventos e ampliação do trabalho no âmbito desportivo, muito embora já existam mulheres neste campo em vários seguimentos, analisando especificamente a arbitragem, nota-se tanto a presença de mulheres nesta função quanto uma desacerbada desigualdade quantitativa, o que nos impulsionou a investigar os motivos dessa desigualdade uma vez que a modalidade foi recentemente incluída no mercado de trabalho formal (Lei 12.867, sancionada em 10 de outubro de 2013 pela presidenta da República). Foi nesse sentido que demarcamos como problema a exigência da igualdade física entre os sexos nos critérios para se tornar árbitras. A relevância desta pesquisa adentra ao contexto social e científico, cuja eficácia concerne aos estudos feministas, de gênero e pós-estruturalistas, utilizando as árbitras de futebol

como objeto de estudo vinculado a corpo/sexo/gênero/poder, considerando que, nos debates atuais, versa-se sobre os corpos desvinculados da lógica biologizante e se teoriza sobre os corpos socialmente construídos. Espera-se nos resultados da pesquisa serem apresentados os critérios de seleção e dos testes físicos avaliativos regulamentados pela FIFA e suas consequências; identificados as influências das tecnologias de gênero nos corpos sexuados, sobretudo, da Educação e da Educação Física, e os impactos sociais e de gênero, relacionando com os avanços de gênero e as políticas públicas para esta igualdade nos esportes, focando as desigualdades na divisão sexual do trabalho no mundo futebolístico. Por acreditarmos numa Educação como fenômeno transformador de consciências, conceitos, paradigmas e condutas, pretende-se sugerir um diálogo com mais afinco entre políticas de governo, educação e Educação Física, no que tange às ações e políticas voltadas para os avanços de gênero. Este estudo tem, sobretudo, o intuito de contribuir para reduzir a escassez de dados sobre as mulheres no trabalho de liderança nos esportes e refletir sobre estratégias e incremento de políticas públicas para as mulheres no futebol.

MÉTODOS E TÉCNICAS

Essa pesquisa é de cunho qualitativo e de análise do discurso com entrevistas semiestruturadas, reconstruindo as histórias de vida das mulheres árbitras de futebol (que desempenham ou desempenharam esta função), identificando no discurso das árbitras como funciona a relação de gênero e poder na função de arbitragem, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nesse trabalho masculinizado e a influência da Educação Física nas suas escolhas, considerando suas opiniões sobre os critérios físicos para atuar neste campo.

Será incluso material empírico, onde serão analisados os documentos do acervo de arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol: manuais, ofícios circulares e relações nacionais dos árbitros; além de incluir consultas cibernéticas - reportagens e dados do sitio da internet, Facebook , blogs e outros meios de comunicação.

DESENVOLVIMENTO

O futebol não somente é um jogo de chute na bola contra o outro, com o objetivo de ganhar. Também retrata o liame das relações de gênero e, a depender da forma com a qual olhamos este esporte, podemos ter uma visão panorâmica do androcentrismo, da hegemonia masculina e refletir sobre estratégias que contribuam para os avanços de gênero. Desta forma, ao compreendermos esse

esporte em termos sociopolítico, podemos ampliar nossos horizontes, refletindo nas possíveis consequências em todas as instâncias da sociedade geridas majoritariamente pelo sexo masculino.

O futebol no Brasil vem crescendo, englobando as questões socioeconômicas, poder, política e trabalho, extrapolando os assuntos de cunho culturais e de lazer. Neste campo, o “olhar” político para as mulheres começa a ganhar expressão e, nas pesquisas, já se discute sobre as desigualdades nos benefícios dos/as atletas: as mulheres ainda não são profissionalmente reconhecidas, os salários e o número de competições que existem não se comparam aos dos homens - revelado no periódico³ que imprime vários artigos (vários autores/as) sobre as mulheres nos esportes, historiciza alguns acontecimentos das mulheres no setor futebolístico no território brasileiro, proibições, exclusões e também aponta as atuações de política de Estado. Desta forma, o governo se manifesta através da SPM/PR⁴, iniciando com políticas públicas para tais melhorias.

Na arbitragem, conta-se como conquista o seu enquadramento no mercado de trabalho formal (para ambos os sexos) - Lei recentemente sancionada pela Presidenta da República. Inquieta-nos saber: as mulheres desfrutam dessa conquista?⁵

CEVA (2014) menciona a desigualdade de gênero nos vários segmentos do futebol, a citar: treinadoras, técnicas e árbitras. Sobre a inserção das árbitras no Brasil, afirma-se a ocorrência a partir do ano de 1970 e assegura que em 1986 foi a vez do surgimento das treinadoras profissionais de futebol no país. Porém, não aprofunda a discussão. Sendo estas funções tidas como trabalho e liderança, para nós, precisa-se incluir as mulheres. Vejamos, então, os critérios para ingressar na arbitragem em competições masculinas:

Ofício Circular nº 033/CA-CBF/08, da Confederação Brasileira de Futebol – CBF⁶, item 6.1: “em consonância com a circular 1104/FIFA/15.08.07, a árbitra e a árbitra assistente, para atuar em competições masculinas deverão alcançar os índices estabelecidos, respectivamente, para o quadro masculino”.

A problemática da divisão sexual no esporte é sujeitada no poder e no androcentrismo, por vezes, baseadas no biológico e por outras, nas construções sociais dos corpos, sem considerar as tecnologias de gênero que resultam no detrimento das mulheres e no benefício dos homens.

³ BRASIL. Secretaria de Políticas Para as Mulheres. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Mulheres no Esporte. Brasília, ano IV, nº 6, dezembro de 2014.

⁴ Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República

⁵ Questão explorada nesse estudo.

⁶ Extraído do site da internet - www.cbf.org.br

No âmbito do trabalho, vejamos o conceito de divisão sexual de forma crítica, versão que concordamos com Hirata, que diz:

Contudo, esse balanço, por mais positivo que seja, não deve ser confundido com o grito de vitória. Pois, simultaneamente a esse trabalho de construção teórica, entrou em declínio a força subversiva do conceito de divisão sexual do trabalho [...] De maneira geral, é desprovido de qualquer conotação conceitual, e remete apenas a uma abordagem que descreve os fatos, constata as desigualdades, mas não organiza esses dados de forma coerente (HIRATA 2007, p. 598-599, *apud*, MESSEDER, 2012, p. 1).

Por isso, a relevância em compreender as noções de natureza/cultura, sexo/gênero, pensadas para além do corpo/sexo, indo de encontro ao político-social-econômico.

As teorias feministas e pós-estruturalistas, versando sobre as construções sociais dos corpos e refletindo sobre os efeitos das tecnologias de gênero no corpo/sexo, embasa para compreender o que, aqui, nos interessa: as compreensões sobre vivências e hábitos das pessoas; das hierarquias humanas, corporais e sociais; da divisão sexual no trabalho; a cultura e educação no contexto das desigualdades de gênero; e por fim, as posições e ações de políticas para as mulheres que vão de encontro a igualdade social de gênero e, no sentido radical, à destruição da hegemonia masculina e submissão feminina.

Interpreta-se na versão de Saffiot (2011) que a teoria feminista prova que o patriarcado não é natural, nem anterior à cultura, portanto, originado nela. Assim, a autora tenta confirmar outras formas de relações de gênero anterior a este fenômeno. Debruçando-se em pesquisas antropológicas, cria-se a hipótese da igualdade entre mulheres e homens, além de desvelar que o patriarcado é conceituado de dominação masculina – perpassando pelas questões de sexo/gênero, é a forma de relação que construiu os homens hegemônicos e as mulheres subalternas.

Dentre as principais autoras, utilizaremos os estudos de Simone de Beauvoir (1967), que iniciou a discussão com a frase “Ninguém nasce mulher, torna-se”; Gayle Rubin (1975)⁷, com a teoria de Sexo/gênero; Joan Scott (1995), versando sobre a categoria gênero; Judith Butler (2013) teoriza sobre o que está fora das normas sociais, os corpos culturalmente representados, versando sobre os binarismos homem/mulher, sujeito/outro, além de identidade e corpos performáticos – o que se pode compreender como teoria queer.

Trazemos Foucault (2004, 2013)⁸ para tentar compreender a lógica da biopolítica, das tecnologias do poder genealogicamente e através dos corpos. A partir desse entendimento, nos

⁷ O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do sexo (1975).

⁸ Microfísica do poder (2004); Vigiar e Punir (2013).

apropriamos dos estudos de Teresa de Lauretis (1998) sobre a tecnologia de gênero. Assim, observamos que as diferenças sexuais são socialmente construídas.

Guacira Louro, autora que se apropria da teoria queer⁹ para discuti-la na educação, também adverte sobre as construções dos corpos:

[...] De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos. As imposições de saúde, vigor, vitalidade, juventude, beleza, força são distintamente significadas, nas mais variadas culturas e são também, nas distintas culturas, diferentemente atribuídas aos corpos de homens ou de mulheres. Através de muitos processos, de cuidados físicos, exercícios, roupas, aromas, adornos, inscrevemos nos corpos marcas de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação [...] (idem, 2007, p.15).

Portanto, para compreender as influências socioeducativas e culturais nas construções dos corpos sexuais, nos fundamentamos em autores que retratam as práticas educacionais e vivências, além de fazermos uma passagem pelos estudos culturais.

Na fronteira cultural, Stuart Hall (2003) estimula para as desconstruções e reconstruções com o re/contar a história. Desta forma, evidencia-se a análise de estudos que materializa o simbólico, bem como o oculto dos discursos e das linguagens, tornando-se eficaz. Os conceitos, noções de gênero e feminismo são fatores incitados pelos estudos culturais na década de 60. Sobre esta discussão, informa que a intervenção do feminismo foi específica e decisiva para os estudos culturais, introduziu uma ruptura e reorganizou o campo de maneira concreta.

Assim, pode-se abordar os avanços culturais para as percepções e questionamentos sobre as noções de natureza/cultura. Vimos que em meados do século 20 já havia olhares que distorciam a lógica naturalizante.

[...] não há atividade humana, combinada ou individual, que possamos considerar como puramente fisiológica, ou seja, “natural” ou não disciplinada. Mesmo atividades como respirar [...] Os processos fisiológicos dentro do corpo humano são afetados pela ventilação pela rotina [...] pelas condições de segurança [...] Há uma constante interação entre o organismo e o meio secundário em que ele existe, ou seja, a cultura. Em suma, os seres humanos vivem por normas, costumes, tradições e regras, que são resultado de uma interação [...] (MALINOWSKI, 1975, p. 70).

Evidenciando como se deram as diferenças físicas entre os sexos, torna-se eficaz a elaboração de uma retrospectiva histórica, retornando ao século 18 com o pensamento evolucionista. Nesse contexto, nos apropriamos de Schwarcz (2008) descrevendo sobre tais teorias, afirmando que foram introduzidas no cenário brasileiro de 1870 a 1930 e originaram diferenças, racismo e desigualdades sociais.

⁹ o corpo estranho.

Destacando exclusivamente as diferenças físicas, imprimindo olhar feminista, Joan Scott afirma que:

No final do século XVIII havia psicólogos, médicos e filósofos que defendiam que as diferenças físicas de pele ou de órgãos corporais qualificavam alguns indivíduos e outros não. [...] O anatomista Jacques-Louis Moreau ofereceu como seu o comentário de Rousseau de que a localização dos órgãos genitais, “para dentro” nas mulheres e “para fora” nos homens, determinava o alcance de sua influência [...] (Scott, 2005, p. 16).

A Eugenia, outro fenômeno que merece destaque dentre tais pensamentos, conforme Schwarcz, foi a prática avançada do darwinismo social, tentando provar que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação. Fazendo uma crítica sobre este fenômeno, para Mattos (2010, p. 35) a eugenia não foi tão somente uma teoria biológica, visando a segregação racial. Entre os fenômenos alcançados, era uma prática e estratégia de dominação das elites.

Aprofundando-nos sobre os binarismos sexo/gênero, por ser o ponto maior de nossa discussão, conforme Donna Haraway “Gênero é central para as construções e classificações de sistemas de diferença”. Apreciemos suas palavras:

A diferenciação complexa e a mistura de termos para “sexo” e “gênero” são parte da história política das palavras [...]. Significados médicos, zoológicos, gramaticais e literários têm, todos, sido contestados pelos feminismos modernos. Os significados compartilhados das categorias raciais e sexuais de gênero apontam para as histórias modernas das opressões coloniais, racistas e sexuais entrelaçadas nos sistemas de produção e inscrição do corpo [...] (idem, 2004, p. 209-210).

Podemos ver com Lino Castellani Filho¹⁰, a história da educação física no Brasil, explorando as influências Militares, médicas e educativas pela via política e institucional na formação do povo brasileiro, consequentemente nas construções dos corpos sexuados. Este autor, ousadamente reescreve a história, com “A história que não se conta”, usando autores como Foucault, historicizando o papel do higienismo neste processo.

As tecnologias de gênero pautadas na educação parecem ter um papel influenciador nas desigualdades físicas entre os sexos.

[...] em verdade, a influência da educação e do ambiente é aqui imensa. [...] Assim, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade. A imensa possibilidade do menino está em que sua maneira de existir para outrem [...] êle apreende seu corpo como um meio de dominar a natureza e um instrumento de luta [...] através de jogos, esportes, lutas, desafios, provas, encontra um emprego equilibrado para suas forças; [...] (BEAUVOIR, 1967, p. 21).

¹⁰ Lino Castellani Filho. *Educação física no Brasil: A história que não se conta*, 2004.

Priscila Dornelles (2007) nos permite perceber como a tecnologia de gênero entra no cenário, revelando-nos os reforços da Educação Física na produção dos corpos generificados.

Essencializar as marcas corporais atribuindo-lhes a determinação de como viver e ser masculino e feminino é significar que os destinos de meninos e meninas não são culturais, sociais e históricos, e sim definições naturais que se vinculam, em grande parte, aos modos pelos quais a Educação Física escolar produz corpos generificados. (idem, p. 140).

Refletindo sobre o papel social dos brinquedos, onde não há escolhas, há imposições, para Suely Messeder “[...] A tecnologia de gênero presente nos brinquedos funciona de maneira bastante severa, para as meninas e meninos que não concordam com esta divisão sexual dos brinquedos [...]” (idem, 2012, p. 98).

Neste estudo, percebe-se que há na sociedade uma rede de conexão tecnológica que se materializa nos corpos, nas condutas, nas relações de gênero, na estrutura social e desvela-se tanto nos papéis sexuais quanto nas hierarquias sociais e humanas: a hegemonia masculina versus submissão feminina estão naturalizadas, assim, convém refletir sobre as destabilizações.

CONSIDERAÇÕES

A priori, esse estudo norteou para a organização da dissertação de mestrado, cujas temáticas são pensadas no contexto das perguntas de partida, as quais visam compreender as influências socioeducativas e culturais nos corpos sexuais, para em seguida, identificar os motivos que levaram a implantação das exigências físicas entre os sexos para as mulheres participarem da arbitragem e suas consequências, sem ao menos considerar as tecnologias de gênero que funcionam em detrimento das mulheres. A partir daí, tendo como subsídio os discursos das árbitras, detectar como funciona a divisão sexual do trabalho neste campo.

Para nós, as teorias evolucionistas foi uma arquitetura ideológica que se materializou na fase da eugenia: por um lado, dividiu os povos racialmente; por outro, alocou o dimorfismo, quando hierarquizou fisicamente os sujeitos sexuais. Em outro sentido, introduziu a hegemonia masculina e submissão feminina, pautadas no sexo biológico. Destarte, são notórias as influências culturais e da educação nas construções físicas diferenciadas entre os sexos, possivelmente, surtindo efeito nos fenômenos socioafetivos, socioculturais, socioeconômicos e nas subjetividades.

Torna-se relevante, refletir sobre ações que visem reduzir as disparidades físico-corporais entre os sexos, pautadas na força física, cujas diferenças, marcadas pela feminilidade e masculinidade, perpassam as questões de estéticas e têm fortes consequências sociais.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo II. Experiência vivida*. Trad. Sergio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.
- CEVA, Antonia. et al. Mulheres em Campo Driblando Preconceitos. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Mulheres no Esporte. Secretaria de Políticas Para as Mulheres da Presidência da República, Brasília, ano IV, n. 6, p. 19-24, dezembro de 2014.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Normas para classificação dos integrantes da RENAF. Relação nacional dos árbitros 2011/2012. p. 51-54: (01/05/11 a 30/04/12). Disponível em: <<http://www.cbf.com.br/201211/>>
- Donna Haraway. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu* (22) 2004; p. 201-246.
- DORNELLES, Priscila Gomes. *Distintos destinos? A separação entre meninos e meninas na Educação Física Escolar na perspectiva de Gênero*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. (Org). Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LOURO, Guacira. *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*: Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Trad. José Auto. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.
- MATTOS, Ivanildes Guedes. *Estética Afirmativa: corpo negro e educação física*. Salvador: EDUNEB, 2010.
- MESSEDER, S. A. Precisa isso?!: Desconstruindo o fio das masculinidades nas vivências de mulheres masculinizadas na escola e no mundo do trabalho. In: Tereza Rodrigues Vieira (Org.). *Minorias sexuais direitos e preconceitos*. Brasília: Consulex, 2012.
- MESSEDER, S. A. *O mundo do trabalho das mulheres masculinizadas: um estudo sobre as masculinidades em corpos femininos*. XVIII ABEP – Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de Lindóia/SP – Brasil, novembro/ 2012.
- SAFFIOTI, Helieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espectáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Cia das letras, 2008.
- SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 13 (1): 11 – 30, janeiro-abril/2005.

